

REPENSANDO O USO DO DICIONÁRIO EM SALA DE AULA COM A LENTE DA ANÁLISE DISCURSIVA PECHETIANA

Edh Carlos Soares PAGANI

Manoel Messias Alves da SILVA

Universidade Estadual de Maringá - UEM

Resumo: O trabalho com a língua em sala de aula normalmente aponta para a leitura de textos trazidos pelos livros didáticos. O professor, muitas vezes, trabalha apenas os textos didatizados que são modificados e frequentemente textos didatizados que são modificados e cuja versão, comumente, na perspectiva do fragmento ou excerto implica justamente um silenciamento de outros efeitos que o texto na íntegra poderia produzir nos sujeitos-leitores. Nessa modalização do discurso, são riscados dos textos os léxicos que aparentemente estão de fora do leque linguístico dos alunos ou palavras consideradas erradas e difíceis para os discentes e docentes. Diante disso, ao invés de preparar os alunos para a leitura dos textos que apresentam essas formas linguísticas, os sujeitos que produzem os livros didáticos modificam os textos tirando as possibilidades interpretativas e significativas no sentido de aproximar o texto dos alunos. Com esse foco, apresenta-se neste artigo, seguindo a teoria da análise do discurso pechetiana, os dicionários como ferramentas que auxiliam na preparação dos alunos para a leitura dos textos que apresentam formas linguísticas que podem não ser do conhecimento dos alunos.

Palavras-chave: Textos didatizados. Leitura. Discurso. Léxico. Dicionários.

RETHINKING THE DICTIONARY USE IN CLASSROOM WITH LENS THE DISCURSIVE PECHETIANA ANALYSIS

Abstract: The work on the language in the classroom usually points to the reading of texts brought by textbooks. The teacher often working only didatizados texts that are modified and often didatizados texts that are modified and which version, commonly, the fragment or excerpt from the perspective precisely implies silencing other effects the full text could produce in subjects–readers. In this modality of discourse they are blotted out texts lexicons that are apparently outside the linguistic range of students or words considered wrong and difficult for students and teachers. Thus, rather than of preparing students for the reading of the texts that present these linguistic forms, the subjects who produce textbooks modify the texts taking the interpretive and significant possibilities to bring the text of the students. With this focus, it is presented in this article, according to the analysis of the theory of pechetiana discourse, dictionaries as tools that support the preparation of students for the reading of the texts that present linguistic forms that cannot be the students' knowledge.

Key-Words: Didatizados texts. Reading. Discourse. Lexicon. Dictionaries.

REPENSANDO EL USO DEL DICCIONARIO EN LA CLASE MEDIANTE LA ANÁLISIS DISCURSIVA PECHETIANA

Resumen: El trabajo con la lengua en el aula por lo general apunta a la lectura de los textos presentados por los libros de texto. El maestro trabaja a menudo textos única didatizados que se modifican y textos menudo didatizados que son modificados y la versión que, comúnmente, el fragmento o extracto de la perspectiva, precisamente, implica silenciar otros efectos de texto podrían producir en sujetos lectores. En esta modalidad de expresión, que son textos rayados léxicos que son aparentemente fuera del rango lingüístico de los estudiantes o palabras consideradas mal y difícil para los estudiantes y profesores. Por lo tanto, en lugar de preparar a los estudiantes para la lectura de los textos que presentan estas formas lingüísticas, los sujetos que producen los libros de texto modifican los textos que toman las posibilidades interpretativas y significativos para que el texto de los estudiantes. Con este enfoque, se presenta en este artículo, siguiendo la teoría del análisis del discurso pechetiana, diccionarios como herramientas que apoyan la preparación de los estudiantes para la lectura de los textos que presentan las formas lingüísticas que no pueden ser conocimientos de los estudiantes.

Palabras clave: Didatizados textos. Lectura. Discurso. Lexicon. Diccionarios.

INTRODUÇÃO

O trabalho com os textos, principalmente os didatizados, norteiam a prática docente de muitas instituições de ensino. Vinculados por meio dos livros didáticos ou apostilas, esses textos são escolhidos para ensinar a língua normativa e, quiçá, suas variações. Neste caso, notamos, em alguns textos, um processo de extração de palavras difíceis ou apagamento de léxicos distantes da realidade dos alunos. A produção desse efeito-facilitador inviabiliza um trabalho com o dicionário como ferramenta que permitiria aos alunos refletirem sobre a significação das palavras a partir das possibilidades variadas de sentidos que elas podem evocar. E assim nos interrogamos: por que a utilização de algum léxico fora do contexto escolar e social do aluno o confundiria tanto? Se o aluno já estudou tantos textos e tantas diversidades de gêneros, por que um “simples” léxico pode confundi-lo a ponto de comprometer quase toda a leitura?

Uma das ferramentas que o docente pode utilizar, a nosso ver, são os dicionários. O trabalho com esses recursos linguísticos possibilita o desenvolvimento de um trabalho com a leitura sob um enfoque discursivo (PÊCHEUX, 1988, ORLANDI, 1999) no qual haja espaços para questionar um conteúdo preso ao texto e considerar que o sentido se dá pela filiação a FDs. O dicionário enquanto um saber histórico e um objeto discursivo pode conduzir práticas de

leitura de verbetes, prefácios, entre outros, e levar os alunos a compreenderem o processo no qual a palavra emerge com um sentido fechado e estabilizado mas que, a depender das filiações, esse mesmo sentido pode migrar e produzir deslocamentos.

Se os sentidos são efeitos que se produzem a partir de certas condições de produção, acreditamos que a leitura produzida a partir do livro didático deve estar aliada ao uso de dicionários em sala de aula a partir de uma prática na qual a língua seja vista a partir de diferentes posições discursivas. Isso se justifica pelo fato de que a perspectiva do fragmento ou do apagamento de palavras difíceis, prática instaurada pelo livro didático no sentido de “facilitar a compreensão do sujeito-leitor”, dá corpo a um processo no qual o aluno fica apartado do funcionamento do texto, do jogo entre a língua e a história.

Nosso artigo é dividido em três partes, a saber: na primeira, discutimos a respeito de questões teóricas pertinentes à leitura de textos didatizados, na segunda, abordamos as contribuições da análise do discurso que tem Pêcheux e Orlandi como representantes, pensando uma abordagem dos dicionários, na terceira, defendemos as bases de um trabalho com tal ferramenta e trazemos à baila um exame de duas atividades encontradas em um levantamento realizado em livros didáticos voltados ao Ensino Fundamental.

Assim sendo, advogamos a importância da mobilização do dicionário em práticas de leitura em sala de aula, mas não como mero livro de consultas de significação das palavras. O dicionário é um objeto cultural no qual podemos compreender a relação língua e história, na medida em que os sentidos se produzem em processos discursivos que se materializam na língua. Do ponto de vista discursivo, consideramos, assim como Venturini e Teixeira (2012, p. 556) “esse livro de definições de palavras como um objeto discursivo, constituído historicamente, tendo em vista que as palavras significam de acordo com as condições em que são produzidas e, também da inscrição dos sujeitos em dadas formações discursivas”.

1. A LEITURA DOS TEXTOS DIDÁTICOS EM SALA DE AULA

Os textos didáticos são aqueles que foram elaborados exclusivamente para o ensino da língua ou aqueles que em algum momento deixaram parte do seu primeiro caráter, ou seja, esvaziou-se um pouco da sua primeira função linguística motivadora para então ser utilizado no

ensino da língua portuguesa nos institutos de ensino ou onde se pregue o ensino da língua. Machado (2009) aponta que quando algo é didatizado ocorrem mudanças por causa do próprio processo didático:

[...] um conjunto de transformações que um conjunto de saberes científicos necessariamente sofre, quando se tem o objetivo de torná-los ensináveis e aprendíveis, transformações essas que, inexoravelmente, provocam deslocamentos, rupturas e modificações diversas nesses saberes. (MACHADO, 2009, p. 52)

Com efeito, o gesto de didatizar um texto e colocá-lo em outra versão no livro didático diz respeito a uma prática na qual o texto deixa de produzir os possíveis sentidos que poderia produzir se os sujeitos-leitores tivessem contato com o texto original. Em outras palavras, esses textos “adaptados” tornam-se textos didatizados, ou seja, textos manipulados para o ensino da língua e, possivelmente, não estabelecem relações de sentido com as condições de produção em que foram inicialmente formulados.

O fator importante a ser observado é que os textos didatizados chegam a todos. E nesse caso, acreditamos não ser generalista dizer “todos”, porque nisso estão presente professores, alunos, responsáveis de alunos, direção escolar, equipe de colaboração e todos os demais que circulam ou circularam nos ambientes escolares. É por meio do livro didático ou de apostilas que as instituições particulares, na maioria das vezes, utilizam apostilas também para o ensino da língua, que temos contato com os textos didatizados. Em ambas as situações, é certo que estará presente a figura dos textos produzidos ou recontextualizados para o ensino da língua vernácula.

Evidentemente, os textos didatizados utilizados pelos docentes são organizados pressupondo um conhecimento prévio dos alunos e dos docentes e tentam acrescentar mais informações linguísticas aos alunos, sob um efeito de evidência. Isso atesta que a língua portuguesa é apresentada de forma sequencial e progressiva. O que, à luz de estudos mais recentes da Análise do Discurso, não consegue responder à necessidade linguística dos alunos de maneira eficaz.

Os docentes e discentes fazem a leitura dos textos veiculados pelos materiais didáticos, prática que acontece quase sempre em instituições de ensino da língua, buscando “dar conta” do conteúdo apresentado nos livros didáticos e apostilas. São conteúdos elencados que, às vezes, só estão ali para cumprir com um currículo de estudos obrigatório, mas que contribuem pouco com a aprendizagem linguística dos alunos. Talvez, o que leva a pouca aprendizagem real da língua por meio dos textos didatizados é porque são textos manipulados, dos quais são retirados: léxicos, recursos linguísticos e, principalmente, o contexto no qual o texto foi veiculado.

Esses textos didatizados não necessitam de suporte, como os dicionários, para a sua leitura, pois já estão facilitados e basta que os aprendizes passem os olhos e respondam as questões da folha seguinte. Não queremos aqui medir o grau ou profundidade que há na leitura, como se houvesse uma régua para medi-la, porém se tornam leituras superficiais sem a observância que deveria ser dada a esse ato importante ao ensinar a língua.

A sucessão maçante de leituras de textos didatizados não prepara os alunos para as leituras que terão que fazer nos âmbitos sociais em que circulam e é nessas leituras fora da escola que os sujeitos-alunos encontram as maiores dificuldades pelo fato de não serem preparados para elas. Por exemplo, quantas vezes os alunos se deparam com léxicos desconhecidos nos textos didatizados e precisam de auxílio do dicionário para dar continuidade à leitura? Pouca ou quase nenhuma. Os dicionários são recursos que estão desaparecendo na/da prática docente do ensino da língua porque os textos didatizados abrem mão dessa necessidade.

À luz da AD, a leitura do texto presente no livro didático ou então do dicionário não pode ser entendida como atividade de apreensão de um sentido preso à literalidade ou um processo de decodificação (descoberta do sentido) ou como um processo no qual ler se restringe a uma série de estratégias (ler as informações gerais e partir para as específicas), buscando apreender o que texto significa. É preciso entender que a linguagem serve para comunicar e para não comunicar (ORLANDI, 1999, p. 21). Ou ainda que a língua não se trata de um mero instrumento a ser controlado ou utilizado para informar conteúdo, mas a língua se trata de um acontecimento no sujeito

2. CONTRIBUIÇÕES DA AD DE PÊCHEUX NO ENTENDIMENTO DA FUNÇÃO DOS DICIONÁRIOS

Os dicionários, se analisados pela concepção da língua sincrônica, são aglutinados de léxicos que traduzem os próprios léxicos, dito doutra forma, são listas de palavras que descrevem palavras. Nessa visão, os dicionários têm uma função prototípica de referenciar léxicos de uma determinada língua com base no aspecto gramatical dos vocábulos. Mantêm-se, desta forma, engessados, truncados, não contextualizados e deficientes de significação nos diversos contextos em que os léxicos podem ser utilizados no uso da língua.

Os dicionários são resultados da atividade humana, produzidos socialmente por sujeitos que representam uma dada posição legitimada que lhes confere um estatuto social e político. Ademais, os dicionários são produzidos e circulam em uma determinada conjuntura histórica, ou seja, o dicionário tem, além de seu aspecto gramatical, uma função social, política e histórica, pois representa os léxicos conforme são condicionados nas práticas linguageiras dos sujeitos que, por sua vez, são atravessados por formações discursivas. Segundo Orlandi (2005, p. 39), autora que segue as ideias de Michel Pêcheux, “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz.”

Esses sujeitos, provavelmente, na definição dos léxicos nos dicionários irão refletir os pré-construídos e as condições de produções, pois eles são constituídos como sujeitos a partir do lugar histórico-social-ideológico que ocupam. Assim, os dicionários também recebem outras funções, anteriormente citadas, que rompem com os aspectos meramente gramaticais.

Se buscarmos um determinado léxico em dicionários em diferentes datas de publicações é possível apontar com clareza as mudanças que a língua em uso atribui às definições do léxico. Esta percepção, a das transformações das definições, confronta o pseudo unívoco aspecto gramatical dos dicionários. Brandão parafraseando Pêcheux afirma:

Se uma palavra, expressão, proposição podem receber sentidos diferentes [...] conforme tiram a tal ou tal formação discursiva, é porque [...] elas não tem um sentido que lhes seria “próprio” enquanto ligado à sua literalidade, mas seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que entretêm com outras palavras, expressões proposições da mesma formação discursiva. (BRANDÃO, 1985, p. 65)

Os dicionários apontam para a descrição da língua por meio dos léxicos, e estão passíveis de deslocar o sentido de acordo com a formação discursiva em que os léxicos estão alocados. Assim, trabalhar com os aspectos sociais, históricos e políticos que essas ferramentas podem estabelecer são de importância para melhorar a prática do ensino da língua. Pêcheux quando descreve acerca da formação discursiva, aponta para uma importante observação acerca desses deslocamentos de sentido que a palavra assume dentro de uma Formação Discursiva - FD:

[...] o ponto essencial aqui é que não se trata apenas da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) de construções nas quais essas palavras se combinam, na medida em que determinam a significação que tomam essas palavras: como apontávamos no começo, as palavras mudam de sentido segundo as posições ocupadas por aqueles que as empregam. Podemos agora deixar claro: as palavras mudam de sentido“ ao passar de uma formação discursiva a outra. (PÊCHEUX, et all, 2008, p. 15).

É importante evidenciar que essa visão não rompe ou diminui a importância do trabalho com o dicionário em sala de aula, acreditando que estaríamos retirando a autoridade ou o poder do dicionário em descrever a língua, mas sim, acresce à compreensão da língua quando fazemos uso de tais recursos para preencher lacunas linguísticas e compreender toda formação discursiva em que o léxico desconhecido está inserido.

Outro ponto a ser considerado, neste artigo, é que o termo “palavra” e o termo “léxico” para os seguidores de linhas de pesquisas lexicográficas são diferentes. Todavia, neste artigo trataremos os termos ora por “palavra” ora por “léxico” como se fossem conceitos símiles.

Acerca da mudança da definição do léxico, de acordo com as condições de produção e posição do sujeito que define o léxico, nem sempre o designado no dicionário corresponde à Formação Discursiva - FD na qual está empregado o léxico.

Vejamos alguns exemplos de como se pode evidenciar esse caráter transitório do sentido:

TABELA 01 – Definições de Política em dicionários. Elaborada pelos autores.

Léxico	Dicionário	Ano	Definição
Política	(D1) Mini Aurélio: Dicionário da Língua Portuguesa	2004	<i>Sf.</i> 1 conjunto de fenômenos e das práticas relativas ao estado ou a uma sociedade. 2 Arte e ciência de bem governar, de cuidar dos negócios públicos. 3 qualquer modalidade de exercício da política. 4 habilidade no trato das relações humanas. 5. Modo acertado de conduzir uma negociação; estratégia.
	(D2) Michaelis: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa	1972	<i>Sf. (gr politiké)</i> 1 arte ou ciência de governar. 2 arte ou ciência da organização, direção e administração de nações ou estados. 3 aplicação desta arte nos negócios internos da nação (política interna) ou nos negócios externos (política externa). 4 orientação ou métodos políticos. 5 Arte ou vocação de guiar ou influenciar o modo de governo pela organização de um partido, influência da opinião pública, aliciação de eleitores etc. 6 prática ou profissão de conduzir negócios políticos. 7 conjunto de princípios ou opiniões políticas. 8 astúcia, maquiavelismo. 9 cerimonia, cortesia, urbanidade.
	(D3) Koogan e Houaiss; enciclopédia e dicionário ilustrado	2000	<i>s.f.</i> Ciência do governo dos povos. Direção de um Estado e determinação das formas e sua organização. Conjunto de negócios de Estado, maneira de conduzir. <i>Fig.</i> Maneira de agir; astúcia; civilidade.
	(D4) Vocabulário jurídico	2014	Do grego <i>politiké</i> , possui na acepção jurídica, o mesmo sentido filosófico, em que é tido: designa a ciência de bem governar um povo, constituído em Estado.
	(D5) Minidicionário de língua portuguesa: Silveira Bueno	1996	<i>s.f.</i> ciência do governo dos povos; arte de dirigir as relações entre os Estados; diplomacia; astúcia; maneira hábil de agir; plano de ação.
	(D6) Dicionário de sinônimos e antônimos da língua portuguesa: de acordo com a ortografia oficial brasileira	2005	<i>Sin.</i> Esperteza, sagacidade, astúcia, artifício, finura, maquiavélico: manejou o negócio com toda a política (Aulete). Cerimonia, cortesia, polidez, civilidade: Usa de muita política para com qualquer pessoa.

O léxico escolhido, política, aparece com definições (versões que guardam certas regularidades), mas não produzem os mesmos efeitos. Em D1, D2, D3, D5 por mais que as

definições apontem para um significado mais ou menos estável (a arte de bem governar), podemos notar um processo no qual a filiação a diferentes FDS produzem diferentes sentidos.

O que mais chama a atenção é o sentido que o léxico apresenta em D4 e D6 quando confrontamos com D1 a D5. Prova que o sentido muda em diferentes formações discursivas, a partir da inscrição em uma FD, seja ligada ao campo jurídico, seja ligada ao domínio das relações humanas. Para D4, dicionário jurídico, o léxico é mais rígido que nos demais. Para D6, dicionário de sinônimos, o léxico já tem duplo sentido: maquiavélico e civilidade, tendo em vista, nessas condições de produção, as relações humanas. Trabalhando com relações de paráfrase, podemos notar a produção de deslizamentos de sentidos (de arte e ciência, a política desliza para a prática da convivência), no caso da palavra “política”, em meio à leitura de diferentes dicionários:

Arte e ciência de bem governar, de cuidar dos negócios públicos - (arte e ciência).

Ciência de bem governar um povo, constituído em Estado - (ciência).

Usa de muita política para com qualquer pessoa - (civilidade, cortesia).

Se em dicionários, nos quais supomos isonomia, os léxicos têm definições tão distintas, imaginemos nas Formações Discursivas - FD's o quanto podem tomar aspectos divergentes conforme seus contextos. Confirmemos essas mudanças em alguns exemplos:

(A1) Primeiro serviço em tempo real dedicado à cobertura *política*, com notícias, análises e vídeos em uma mesma plataforma, 24 horas por dia, sete dias por semana.

(A2) O conturbado cenário atual, que envolve intensa crise *política* e econômica, foi o tema do almoço de quase quatro horas.

(A3) Clique aqui e conheça a *política* de uso dos Indicadores Ethos.

(A4) Os Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis têm como foco avaliar o quanto a sustentabilidade e a responsabilidade social têm sido incorporadas nos negócios, auxiliando a definição de estratégias, *políticas* e processos.

(A5) A proposta de emenda à Constituição da reforma *política* já foi votada em dois turnos pela Câmara, mas os deputados ainda analisam destaques que visam modificar a redação.

(A6) A PNPS consolida os avanços dos últimos anos e será a referência que orientará os órgãos e entidades da administração pública federal para melhor utilização dos diversos processos, instâncias e mecanismos de participação social existentes, permitindo um maior grau de aderência social ao ciclo de gestão de *políticas* públicas e o aumento da transparência administrativa e da eficácia da gestão pública.

Esses excertos apresentam a política significada em diferentes contextos. Dito de outro modo, a filiação a uma dada formação discursiva permite que o discurso assumira um sentido e não outro. E essas filiações podem sugerir qual o sentido a ser observado pelo leitor: em A1, acontecimentos ou fenômenos; em A2, área, campo, segmento social; em A3, regras, diretrizes, parâmetros; em A4, o modo de agir, ação; em A5, objeto concreto, matéria palpável; e, em A6, compromisso.

Não queremos diminuir a importância das definições dos léxicos dicionarizados, mas alertar que não podem ser tomados fora de contexto que foram utilizados. O trabalho em sala de aula deve considerar o todo, ou seja, para assumir um léxico deve considerar a leitura global do texto por parte dos alunos.

A teoria de Pêcheux corrobora com a ideia de que o discurso se materializa na linguagem e é determinado por fatores dos quais a gramaticalização dos léxicos não dá conta. Assim, podemos observar que as considerações da análise do discurso pecheutiana também corroboram no entendimento das funções dos dicionários, uma vez que os léxicos presentes nessas ferramentas estão condicionados à intervenção dos sujeitos e, por tentarem traduzir ou descrever a língua e esta estar em constante mudança, os sentidos apontam para processos de “mudanças” sociais e ideológicas.

3. OS DICIONÁRIOS: FERRAMENTAS PARA UMA ABORDAGEM DISCURSIVA DA LEITURA.

3.1. A IMPORTÂNCIA DE TRABALHAR COM ESSA FERRAMENTA.

O dicionário traz em si uma história tão longa quanto à criação da escrita. Talvez, de cunho mais informal do que os gêneros atualmente estudados nas academias, tenha sido um dos primeiros gêneros conhecidos pelo homem. Podemos pensar nas longas listas de palavras escritas em papiro para deixar um comando ou a tradução dos desenhos ou nas imensas listas de léxicos que um aprendiz de língua estrangeira deveria decorar para aprender o grego ou latim clássico.

Atualmente, o dicionário não pode ser visto apenas como essa listagem de palavras tal como era na escola clássica, grega e latina, mas sim como fonte de informações culturais,

históricas e sociais registradas por um profissional da língua- que ocupa um lugar legitimado para produzi-lo- e que traduz as vozes de sujeito(s) coletivo(s) de uma nação. Segundo Lima (2003, p. 285),

[...] um sujeito cuja identidade não equivale a um indivíduo, mas um conjunto de posições que vão sendo assumidas no discurso e deixa pistas para interpretação. No dicionário não se faz ouvir apenas a voz daquele que o escreve, mas a diversidade de vozes sociais, constituindo-se no discurso um sujeito coletivo.

Mais uma vez, é vista a importância de trabalhar o dicionário além de ser visto como “listas de léxicos”. Costa (1996, p. 129) aponta que o dicionário é “a síntese histórico-cultural da comunidade, testemunha de uma determinada civilização”, corroborando com a ideia de Lima (2003).

A autora Birdeman (1984, p. 27) pontua acerca da importância desse uso em sala de aula e atesta:

[...] serve como instrumento para orientar os seus consulentes sobre os significados e os usos das palavras, e para que eles possam expressar suas ideias e sentimentos com maior precisão e propriedade possíveis, utilizando o tesouro léxico que a língua põe à disposição dos falantes do idioma [...]

O trabalho com dicionários para suprir apenas o desconhecimento linguístico fica irrisório perto de todo o suporte que esse instrumento pode contribuir em sala de aula. Assim, é possível entender que a didática do professor, que trabalha somente como subsidiário de léxico, deixa um todo maior sem evidenciar em sala e, por causa disso, propiciar a desmotivação em usar o dicionário.

Quando isso recai na utilização do dicionário para prosseguir com a leitura na sala de aula, torna-se mais nítido o uso dele para apenas repor um conhecimento linguístico do léxico. O professor, muitas vezes em sua prática docente, somente “pede ao aluno para buscar os dicionários na biblioteca” quando aparece, no texto, um léxico desconhecido posto pelo autor no texto didatizado justamente para esse fim. São raras as aulas voltadas especificamente para a utilização dessa ferramenta.

Neste ponto, é possível pensar: por que não estudar o dicionário tal como estudamos os demais gêneros? Por que massivamente é visto o gênero notícia, narrativa, conto fantástico ou carta ao leitor e não estudamos um pouco o dicionário como gênero que é?

Com o discurso que vem sendo apresentado, de facilitar a aprendizagem da língua portuguesa não ensinando somente a Nomenclatura Gramatical e sim os usos da gramática, vem também sendo confundido com o conceito de não ensinar “coisas difíceis” para o aluno. Estão tão impregnados que já está consolidando outros discursos como: “para que procurar no dicionário se o professor já sabe o que significa” ou pior, “vamos facilitar a aprendizagem com textos mais fáceis para os alunos ou textos que os alunos já conhecem”. Se já conhecem não tem sentido ensinar, ou melhor, mastigar. Não cabe aqui, discutir a importância de ensinar um ou outro gênero, todos são importantes, inclusive o dicionário.

Uma vez que compreendermos que o dicionário pode ser tomado como um gênero de que o aluno necessitará para melhor desenvoltura nos demais gêneros, será possível uma mudança na didática do ensino da língua, utilizando textos que não são decepados de seus sentidos, mas textos que podem propiciar possíveis espaços de significação para o aluno sem a guarda do professor, pois o aluno saberá como e onde recorrer quando estiver em dúvida quanto ao uso do léxico no sentido linguístico sim, mas principalmente, no contexto social-histórico- ideológico em que o léxico está empregado.

3.2. ANÁLISE DE ATIVIDADES EM QUE SE SOLICITA O AUXÍLIO DE DICIONÁRIO.

Diante dos textos didatizados, veiculados por meios livros, é possível garimpar algumas atividades de reflexão sobre a língua portuguesa que orientam quanto ao uso de dicionário. São atividades que são propostas a partir de algum texto que tem algum outro motivo de estar ali, não apenas de ensinar a utilizar a ferramenta.

Logo, no início da análise, é importante evidenciar que dos 7 livros escolhidos aleatoriamente do 4º ano do Ensino Fundamental, apenas em 2, que serão apresentados, foi constatado, em nosso levantamento, a incidência do dicionário como conteúdo programático, todavia manteve-se a busca por léxico desconhecido ou por motivo de algum aspecto gramatical, por exemplo, a procura pela classe na qual a palavra está assentada. Vejamos:



IMAGEM 01 – RETIRADA PELOS AUTORES

As atividades de ambos os livros buscavam empreender com base nos dicionários um trabalho com classificações dos léxicos e definições das palavras, desconsiderando o contexto no qual eram utilizados os léxicos. Os exercícios não apresentavam qualquer menção às condições de produção, mesmo que o léxico aparecesse vinculado a um texto já lido pelo aluno. Vejamos um exemplo em que não se busca pelo sentido contextualizado da palavra:

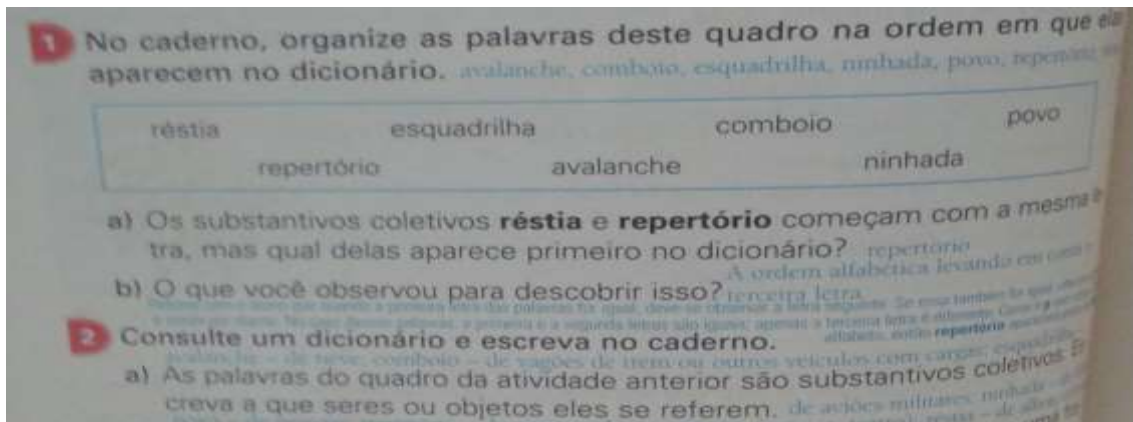


IMAGEM 02 – RETIRADA PELOS AUTORES

É importante ressaltar que, mesmo utilizando o dicionário apenas para definição de léxico, ambos os livros apresentam uma unidade de ensino de como manusear o dicionário. Explicando as siglas, abreviações, a ordem em que aparecem os léxicos, e em um caso as diferenças que pode haver entre dicionários e dicionários específicos.

No segundo livro, é apresentada uma atividade interessante acerca da utilização, confecção e representatividade que o dicionário possui na sociedade. Se o primeiro livro somente mobiliza de forma técnica a utilização do dicionário, esse segundo já busca implementar uma proposta de trabalhar outras formulações do significado das palavras e, ao

trazer à tona verbetes “engraçados”, a atividade produz outras possibilidades de instauração de sentidos. Vejamos o exemplo de atividade que busca uma prática de leitura calcada na relação entre leitor e dicionário, considerando as condições de produção e a identidade do sujeito-aluno. Por exemplo, no caso da palavra, “excelente”, ao invés de um trabalho com o sentido estabilizado pelo dicionário, a saber: excelente: “que possui ou demonstra ótima qualidade” ou “primoroso”, “divino”, “formidável”, a proposta de leitura desloca sentidos estabilizados e fixos. A partir de um jogo (relação) com a materialidade sonora do vocábulo, o significado da palavra é outro, o que tem a ver a produção de um efeito-humor. Nesse caso, “excelente” é uma lente muito boa.

Também, o aluno, a partir de uma listagem de vocábulos, será também levado a produzir novos sentidos para palavras cujo significado é fixo, tais como: isca, janela, rei, tombo, entre outras. Esse processo de produzir verbetes pode representar uma possibilidade de o aluno criar novos sentidos, produzindo gestos de interpretação que permitam o desenvolvimento do processo de autoria nos alunos.

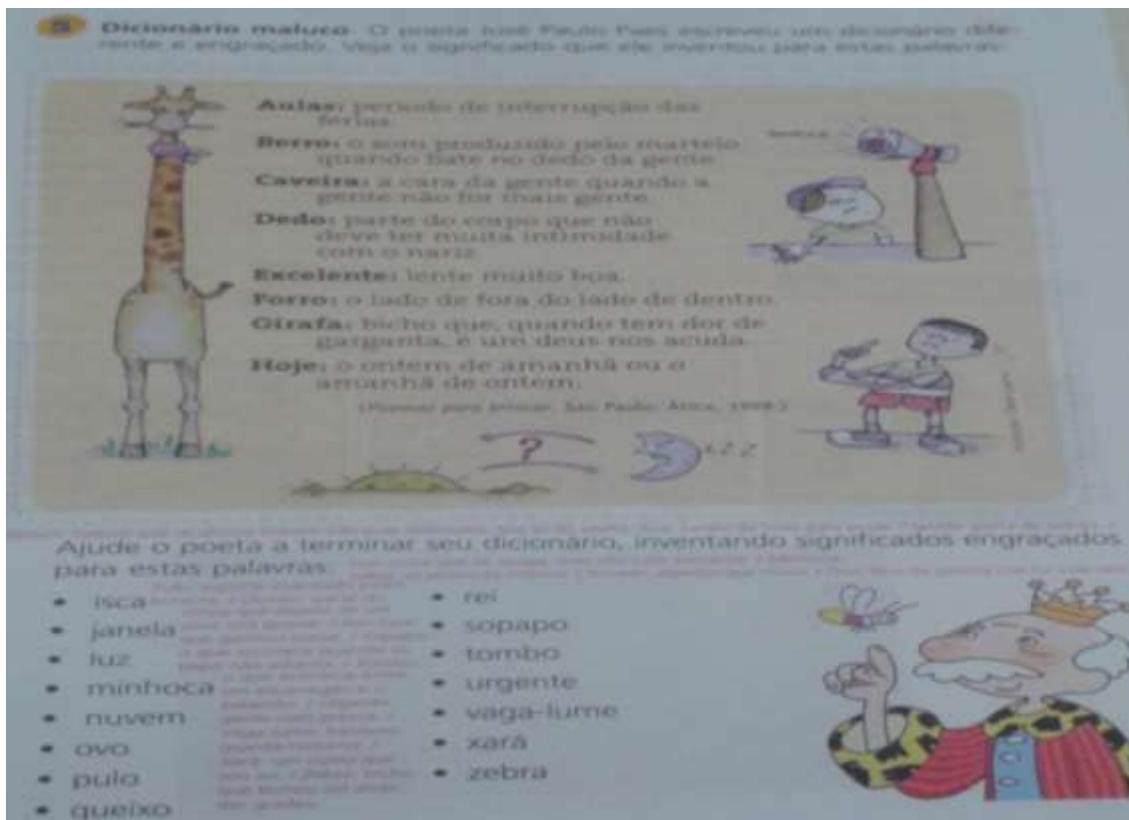


IMAGEM 03 – RETIRADA PELOS AUTORES

Este último exemplo traduz a importância de trabalhar o dicionário de uma perspectiva discursiva, apresentando ao aluno não uma visão fechada de dicionários, mas sim propor atividades em que esses sejam tomados como espaços flexíveis e condicionados por quem os escreve de modo a deslocar uma prática na qual o aluno de um leitor passivo de dicionários passe a se constituir como um sujeito ativo (que significa) dessa ferramenta.

Por fim, um último aspecto a ser observado e que devemos ressaltar diz respeito ao fato de que os livros analisados apresentam, nos textos, um glossário das palavras que provavelmente os alunos terão dificuldade em saber o significado, fortalecendo a comodidade e passividade de alunos e professores.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, faz-se necessário trabalhar com textos também não didatizados que irão incender léxicos possivelmente não usuais do ambiente social dos alunos. No entanto, não deve ser uma leitura presa à literalidade, mas tomada de forma polissêmica, de modo a prepará-los para as formas lexicais que encontrarão fora dos espaços escolares.

Outro fator a considerar é a utilização do dicionário como fonte de subsídio para deslocar práticas nas quais a leitura seja extração de um sentido estabilizado no verbete apresentado. Uma vez que o dicionário pode vir a ser tomado como um gênero a ser estudado, em seus aspectos linguísticos, sociais, históricos e estruturas próprias, julgamos que o trabalho em sala pode ganhar com a abordagem de um instrumento que também passa, ao longo das décadas, por transformações e pode, de acordo com as posições postas em jogo, também, trazer à tona outros e novos sentidos.

Reforçamos que a AD, ao trabalhar o texto “como um espaço de possibilidades relacionais e não mais como um conjunto de ideias do autor, a interpretação não mais uma questão de conteúdo, e o sujeito não mais senhor dos sentidos” (LAGAZZI, 2011), pode permitir que o dicionário aliado à leitura seja visto como um lugar no qual o sentido pode significar de forma polissêmica e aberto a deslocamentos.

Por fim, repensar a vinculação do estudo do dicionário aos livros didáticos é de grande importância. Primeiro por não deixar de utilizar o dicionário nas aulas porque os livros didáticos não os fazem necessários e segundo olhar para o dicionário como um gênero a ser estudado e não apenas consultado.

REFERÊNCIAS

BIDERMAN, J. C. **O dicionário padrão da língua**. In: ALFA. v. 28. **A ciência da lexicologia**. São Paulo: UNESP, 1984.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1985.

CAMPOS, M. T. R. A. **Projeto Pitangua**: português. São Paulo: Moderna, 2005.

CEREJA, W. R. **Coleção Fazendo e Compreendendo Português 4º ano**. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____; MAGALHÃES, T. C. **Português: linguagens**. São Paulo: Atual, 2004.

CIPRIANO, L. H. R. **Língua Portuguesa**. 2ª ed. Curitiba: Positivo, 2004.

COSTA, L.C. **Drummond e o dicionário**. Letras e Letras. v. 12. Uberlândia, 1996.

LAGAZZI, S. **A equivocidade na circulação do conhecimento científico**. *Linguagem em (dis)curso*, Tubarão, v. 11, n. 3, dez. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151876322011000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 22 jun. 2015.

LIMA, N. **Os dicionários do Ceará**. In: CARVALHO, G. (Org.). **Bonito pra chover: ensaios sobre a cultura cearense**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2003.

MIRANDA, C. **Língua Portuguesa: pensar e viver**. São Paulo: Ática, 2004.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: Princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2005.

_____. **Papel de memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**. Uma Crítica à Afirmação do Óbvio. Trad. Eni P. de Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988. (1ª. ed. 1975).

PÊCHEUX, M.; HENRY, P.; HAROCHE, C. **A Semântica e o Corte Saussuriano**: língua, linguagem e discurso. Tradução de Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao03/traducao_hph.php>. Acesso em: 22 jul. 2015

SANCHEZ, M. M. **Projeto Buriti**: português. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2011.

VASCONCELOS, A. **Aprender Juntos Português 4º ano**: ensino fundamental. 2ª ed. São Paulo: Edições SM, 2008.

TEIXEIRA, M. C. ; VENTURINI, M. C. . **A leitura de dicionários em sala de aula**: perspectiva discursiva. *Linguagem & Ensino* (UCPel. Impresso) , v. 15, p. 505-528, 2012.

REFERÊNCIAS DAS DEFINIÇÕES DOS LÉXICOS E DOS TRECHOS.

D1 - FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: Dicionário da Língua Portuguesa. 6ª ed. rev. atualiz. Curitiba: Positivo, 2004.

D2 - MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. 3ª ed. ver. São Paulo: Melhoramentos, 1972.

D3 - KOOGAN, Abrahão; HOUAISS, Antônio. **Enciclopédia e dicionário ilustrado**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Seifer, 2000.

D4 - SILVA, De Plácio e. **Vocabulário jurídico**. 30ª ed. Rio e Janeiro: Forense, 2014.

D5 - BUENO, Francisco da Silveira. **Minidicionário de língua portuguesa**. São Paulo: Editora FTD S.A., 1996.

D6 - FERNANDES, Francisco. **Dicionário de sinônimos e antônimos da língua portuguesa**: de acordo com a ortografia oficial brasileira. 43ª ed. rev. e ampl. por Celso Pedro Luft. São Paulo: Globo, 2005.

A1 – Site da Agência do Estado. Acesso em 15/07/2015. <<http://institucional.ae.com.br/aebroadcast/broadcastpolitico>>

A2 – Site de O Globo. Artigo de opinião: O recuo de Cunha após mexer com o mundo econômico e financeiro. Acesso em 15/07/2015 <<http://g1.globo.com/politica/blog/cristiana-lobo/1.html>>

A3 – Site do Instituto Ethos: indicadores. Acesso em 15/07/2015. <http://www3.ethos.org.br/conteudo/iniciativas/indicadores/#.VaezJ_myK7Q>

A4 - Site do Instituto Ethos: indicadores. Acesso em 15/07/2015.
<http://www3.ethos.org.br/conteudo/iniciativas/indicadores/#.VaezJ_myK7Q>

A5 – Site de O Globo. Acesso em 15/07/2015.

<<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/camara-resgata-mandato-de-quatro-anos-para-presidente-e-demais-cargos.html>>

A6 Site do Instituto Ethos. Acesso em 15/07/2015. <http://www3.ethos.org.br/cedoc/o-que-e-a-politica-nacional-de-participacao-social/#.VaezJ_myK7Q>

Edh Carlos Soares PAGANI

Graduado em Letras Português/Inglês e Respectivas Literaturas pelo Centro Universitário de Maringá (Unicesumar); especialista em Língua Portuguesa: Teoria e Prática pelo Instituto Paranaense de Ensino (IPE); mestrando em Letras, linha de pesquisa Terminologia, na Universidade Estadual do Paraná (UEM). Professor no município de Marialva nas séries iniciais do ensino fundamental; no Centro Universitário de Maringá (Unicesumar) no ensino superior; e, na Faculdade Alvorada, também no ensino superior

Manoel Messias Alves da SILVA

Possui Graduação em Letras: Português/Francês pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp-1985), Mestrado em Letras: Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP-1998), Doutorado em Letras: Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP-2003) e Pós-Doutorado em Teoria e Análise Linguística pelo Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa-PT (CLUNL-2011). Atualmente, é professor credenciado no Programa de Pós-Graduação em Letras (Mestrado e Doutorado), Departamento de Língua Portuguesa (DLP) da Universidade Estadual de Maringá (UEM).